

EXCLUSÃO E CONSERVAÇÃO SOCIAL NA ESCOLA: DILEMAS E POSSIBILIDADES

Vinicius Kapicius Plessim¹

 <https://orcid.org/0000-0002-2236-6025>

Resumo: O artigo tem como objetivo analisar a escola enquanto espaço de reprodução da conservação social. Este trabalho procura perceber a produção de práticas de exclusão no interior da instituição que permitem separar aqueles que aceitam a imposição de sua cultura e de seu discurso oficial. A partir da pesquisa qualitativa, realizada no estudo de campo na Escola Municipal Expedicionário Aquino de Araújo, foram produzidas oito entrevistas com docentes que atuavam no estabelecimento de ensino durante o período de pandemia do coronavírus. Levantamos como hipótese de que por mais que a escola se apresente como referência de democratização do ensino pela cooptação dos alunos em seu interior, acreditamos que a cultura escolar opera numa lógica classificatória e seletiva, como forma estratégia de garantir a reprodução social por seus herdeiros. A partir das narrativas produzidas pelos professores, acreditamos na possibilidade de compreender a jurisprudência professoral a partir das representações quanto a reprovação como forma de exclusão do aluno e o sentido impositivo das avaliações, que controlam os corpos estudantis pelo medo.

Palavras-chave: Exclusão; Conservação social; Escola; Professor; Aluno.



¹ Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo (FEUSP). Mestre pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro/ Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (UERJ/FEBF) pelo programa de Pós Graduação em Educação, cultura e Comunicação em Periferias Urbanas. E-mail: vinikapicius@usp.br.

EXCLUSION AND SOCIAL CONSERVATION AT SCHOOL: DILEMMA AND POSSIBILITIES

Abstract: The article aims to analyze the school as a space for the reproduction of social conservation. This work seeks to understand the production of exclusionary practices within the institution that allow separating those who accept the imposition of their culture and official discourse. Based on qualitative research, carried out in the field study at the Escola Municipal Expedicionário Aquino de Araújo, eight interviews were produced with teachers who worked at the educational establishment during the coronavirus pandemic period. We raise the hypothesis that even though the school presents itself as a reference for the democratization of education through the adoption of students within it, we believe that school culture operates in a classificatory and selective logic, as a strategic way of guaranteeing social reproduction by its heirs. Based on the narratives produced by teachers, we believe in the possibility of understanding professorial jurisprudence based on representations regarding failure as a form of student exclusion and the imposing meaning of evaluations, which control student bodies through fear.

Keywords: Exclusion; Social conservation; School; Teacher; Student.

EXCLUSIÓN Y CONSERVACIÓN SOCIAL EN LA ESCUELA: DILEMA Y POSIBILIDADES

Resumen: El artículo tiene como objetivo analizar la escuela como espacio de reproducción de la conservación social. Este trabajo busca comprender la producción de prácticas excluyentes al interior de la institución que permiten separar a quienes aceptan la imposición de su cultura y discurso oficial. A partir de una investigación cualitativa, realizada en el estudio de campo en la Escuela Municipal Expedicionário Aquino de Araújo, se produjeron ocho entrevistas a docentes que actuaron en el establecimiento educativo durante el período de pandemia de coronavirus. Planteamos la hipótesis de que si bien la escuela se presenta como un referente para la democratización de la educación a través de la adopción de los estudiantes dentro de ella, creemos que la cultura escolar opera en una lógica clasificatoria y selectiva, como una forma estratégica de garantizar la reproducción social por su herederos A partir de las narrativas producidas por docentes, creemos en la posibilidad de comprender la jurisprudencia docente a partir de representaciones sobre el fracaso como forma de exclusión de los estudiantes y el significado impositivo de las evaluaciones, que controlan a los estudiantes a través del miedo.

Palabras clave: Exclusión; Conservación social; Escuela; Maestro; Alumno

Introdução

Pode a escola representar a possibilidade de exclusão dos alunos em seu interior? Como as estruturas conservadoras da instituição de ensino se reproduzem através de seus agentes? Como a avaliação pode se tornar um mecanismo coercitivo na relação entre professor e aluno? As perguntas apresentadas suscitaram a construção deste trabalho, que norteia o campo educacional, mas tece diálogo diretamente com a sociologia.

Através da pesquisa qualitativa, no estudo de campo, realizado na Escola Municipal Expedicionário Aquino de Araújo, foram produzidas oito entrevistas com docentes que atuavam na instituição. A escola, localizada na periferia do Estado do Rio de Janeiro, mais precisamente no primeiro distrito do município de Duque de Caxias, oferta aos seus alunos a possibilidade de cursar o Ensino Fundamental I e o Ensino Fundamental II nos períodos matutino e vespertino, no curso noturno oferta o supletivo por meio da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

As entrevistas, que tiveram em torno de uma hora de duração, aconteceram durante a pandemia do coronavírus e teve a sua aprovação pela Secretaria de Educação, por meio do Centro de Pesquisa e Formação Continuada Paulo Freire (CPFPPF), em comum consenso com a direção pedagógica da instituição que permitiram a nossa entrada no colégio. Devido a crise mundial da saúde, algumas entrevistas aconteceram de forma remota através das plataformas Google Meet e do Zoom. Com o avanço da vacinação pelo país, a escola deixou de ofertar o ensino online e adotou o hibridismo como modalidade, o que permitiu com que um grupo de alunos e docentes retornassem para as suas atividades cotidianas. Na instituição, as entrevistas aconteceram na sala dos professores, com a respeitabilidade do distanciamento social, uso de máscaras e o oferecimento de álcool em gel.

Nos discursos produzidos pelos docentes, o cotidiano da escola foi revisitado e suas práticas pedagógicas refletidas, neste sentido o cotidiano da escola é compreendido como: “[...] aquilo que nos é dado cada dia (ou que nos cabe em partilha), nos pressiona dia após dia, nos oprime, pois existe uma opressão do presente” (Certeau, 2013, p. 31) A escola é percebida, portanto, enquanto um espaço social, marcado pelas relações objetivas e subjetivas, reais e simbólicas, que se traduzem em sentidos e significados através das práticas suscitadas por seus sujeitos.

A partir das narrativas produzidas pelos professores, procuramos compreender como a escola seleciona os mais aptos a se manterem neste espaço. Levantamos como hipótese

para este estudo que a reprovação se torna a máxima classificatória da jurisprudência professoral, na premissa de ratificar a exclusão e extirpar os discentes que não coadunam com o discurso oficial escolar.

Ademais, salientamos ainda neste ensaio as estruturas de conservação social da escola a partir das avaliações impostas aos estudantes. Acreditamos que a exclusão faz parte de um processo sistêmico construído pelos agentes, nesta lógica a aplicação de testes e provas é vista como mecanismo de controle e coação ao discente, uma vez que, é fomentada uma cultura de medo sobre o alunado. O campo social se define como: “[...] o espaço social é a realidade primeira e última já que comanda as representações que os agentes sociais podem ter dele” (Bourdieu, 2011, p. 27). A escola se engaja neste referencial, pois estes profissionais da educação constantemente produzem diferentes leituras e representações de sua realidade social.

A escola espaço que aparentemente se apresenta como a possibilidade concreta da democratização de ensino é colocada em xeque através deste estudo, pois a instituição na premissa de se reproduzir socialmente, necessita manter em seu interior todos os alunos que aceitam o seu discurso impositivo numa lógica legitimadora. Este trabalho, se justifica por apresentar a escola como o espaço em que se mascara as desigualdades socioeconômicas de seus agentes, bem como fantasia os preconceitos sociais e culturais existentes em seu meio. Não é a nossa intenção de demonizar a estruturar escolar, mas afirmar a escola enquanto campo das relações físicas e objetivas, mas acima de tudo o campo das dimensões relacionais subjetivas e simbólicas produzidas por seus indivíduos constitutivos.

Por meio das narrativas produzidas pelos docentes, acreditamos na possibilidade de o professor refletir sobre a sua prática de ensino na instituição. A autoavaliação por parte do profissional de educação possibilita descortinar novos horizontes para o campo educacional. Esperamos que este estudo possa encorajar o magistério de outras instituições de ensino seja de natureza pública ou privada, ou ainda municipal, estadual ou federal a refletirem sobre a sua condução de carreira, as distintas leituras de sua realidade social na qual se engajaram e se enquadraram dentro do espaço escolar. As falas destes professores representam uma luta social através deles a periferia ecoa sua voz de resistência até então silenciada.

O artigo se estruturou em duas seções, contudo primeiramente apresentamos as identidades e a trajetória de maneira resumida dos entrevistados. Vale destacar que por questões éticas, mantivemos o anonimato dos depoentes, cujos nomes originais foram

substituídos por pseudônimos. A primeira seção procura entender os sentidos que a reprovação é percebida para estes profissionais, na premissa de compreender este processo como marca da exclusão de oportunidades para o estudante que não aceita o jogo escolar. Na segunda seção, procuramos compreender os propósitos avaliativos da escola, ou seja, como estas se transforma em instrumento de controle e conservação social para os professores, pois acredita que esta estrutura opera numa lógica classificatória e seletiva produzida pela jurisprudência professoral.

Os entrevistados

O processo de gravidez aos 18 anos representou o impedimento de Sílvia em ser professora. Entrou na faculdade particular aos 40 anos de idade, o que permitiu com que a docente prestasse concurso para magistério municipal e estadual, onde obteve aprovação. Atualmente, leciona por mais de 15 anos na instituição a disciplina de Língua Espanhola para o Ensino Fundamental II.

Solange desde cedo teve que vencer as dificuldades em sua casa. A ausência dos seus pais na infância fez com que fosse criada por seu tio que pertencia ao jogo do bicho no Rio de Janeiro e sua tia que era doméstica. No ano de 1988, concluiu o curso de letras (Português – Francês) pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Anteriormente, fez a formação normal o que permitiu com que lecionasse em escolas de iniciativa particular. Após a fase de Segurança Nacional em Duque de Caxias durante a ditadura militar, Solange foi aprovada no primeiro concurso realizado no município. Em 1997, foi transferida para o Aquino após lecionar em escola distante do centro municipal, no bairro do Amapá.

Na família de Débora, seu pai foi servidor público e a sua mãe do lar, escolheu seguir a carreira docente nutrida do seu idealismo inicial de poder transmitir conhecimento aos estudantes e um corpo de saberes específicos através da disciplina de matemática. Atualmente, leciona por mais de 21 anos no Aquino, assim como na rede estadual de ensino do Rio de Janeiro. Não teve o apoio de seus pais no financiamento da educação superior, pois não conseguiu aprovação para o vestibular de medicina, que representava o sonho de sua família.

Patrícia é filha de pai arquiteto e mãe formada em administração de empresas, por conta do alto capital econômico de sua família, teve a possibilidade de cursar três cursos de

naturezas distintas na faculdade: pedagogia, letras e psicologia. Seus pais tiveram a possibilidade de investir nos cursos acadêmicos, o que torna Patrícia uma docente colocada numa posição privilegiada dentro do campo social escolar. No Aquino, leciona a disciplina de Língua Portuguesa por mais de 37 anos na instituição.

Filha de imigrantes portuguesas, cujo pai era comerciante e a mãe do lar, Morgana precisou enfrentar os preconceitos sociais e culturais de sua família, pois frente ao conservadorismo existente nesta estrutura enxergavam que o papel social da mulher deveria se reduzir meramente as funções domésticas do lar. Na condição de normalista, exerceu docência no Colégio de Aplicação (CAP) da UERJ, o que possibilitou o seu ingresso no curso de geografia da instituição. Ao optar pela carreira pública em Duque de Caxias, enxergava a possibilidade de ter uma estabilidade empregatícia e financeira.

O modelo e o exemplo da mãe docente levou Elizabeth a seguir também a carreira no campo educacional. Começou a trabalhar aos 14 anos de idade e foi discente da Pontifícia Universidade Católica (PUC) durante o regime militar brasileiro. Os tempos de autoritarismo representaram um obstáculo de continuidade inicialmente no curso superior, o que fez com que obtivesse sua transferência subsequente para a UERJ, onde concluiu a licenciatura em Artes. Exerceu docência no Aquino por mais de 27 anos, onde ministrava aulas para o curso noturno, através da Educação de Jovens e Adultos (EJA). A sua escolha pelo município se deu porque além de buscar uma estabilidade na carreira, mora até hoje ao lado da escola.

Desde criança Vanessa tinha o sonho de ser professora, morava no interior do Estado do Rio de Janeiro. Na sua família, o cargo docente era destinado para as mulheres e os homens eram destinados ao comércio local. O pai de Vanessa era funcionário da prefeitura local, devido ao seu alto capital social e econômico conseguiu investir na escolarização de sua filha, todavia, não financiou os estudos na educação superior. Este fato levou Vanessa a ter que trabalhar para garantir a sua faculdade de iniciativa privada. Atualmente, leciona na disciplina de Ciências por mais de 43 anos no Aquino.

Nascido em Botafogo, bairro da Zona Sul carioca, estudante do Colégio Pedro II na juventude, Paulo foi aprovado para o curso de zootecnia na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). As condições precárias do campus universitários e a distância para a sua casa, levou Paulo a desistir da faculdade provisoriamente. Posteriormente, ingressou na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), onde fez a licenciatura em Educação Física. A sua mãe cursou até a quarta série e o seu pai militar do Corpo de Bombeiros Federal foi o grande incentivador para a constituição de sua carreira no

magistério. Paulo entende que o magistério tem que ter uma bandeira salvacionista para equacionar os problemas de ensino e aprendizagem dos seus alunos. Leciona por mais de 30 anos no Aquino, foi responsável pelo Torneio dos Jogos Estudantis na cidade, evento que se transcorre até os dias de hoje no município.

A reprovação como exclusão escolar: a manutenção dos eleitos pela extirpação dos alunos – problemas na instituição

A seção tem como objetivo compreender como a reprovação se transforma numa marca da conservação social dentro da escola. Por meio dos discursos produzidos pelos docentes, temos a intenção de perceber como a estratégia se torna uma ferramenta de exclusão dos alunos que não aceitam as regras do funcionamento do jogo do escolar e com isso não se permitem interiorizar a cultura produzida na instituição.

No discurso da professora Solange, a reprovação significa as marcas do insucesso escolar do aluno. Conforme salientou a educadora, compete a este discente aceitar o seu destino escolar e se conformar pelo fato de não ter obtido o rendimento necessário para sua aprovação, assim nas falas da docente percebemos as marcas deflagradas do fracasso escolar: *“Eu já vi aluno dizer para mim que melhor coisa foi ter ficado reprovado, não é que seja a solução, a solução seria antes ter estudado, porque eu acredito que o professor não reprova”* (Professora Solange).

As instituições produzem o controle do corpo a partir da vigilância e da coerção das práticas desenvolvidas pelos indivíduos. As condutas são reguladas na intenção de produzir nos agentes a óptica diretiva da cultura dominante, na premissa de: “[...] fazer da punição e da repressão das ilegalidades uma função regular, coextensiva à sociedade; não punir menos, mas punir melhor” (Foucault, 2014, p. 81). Neste ditame, o indivíduo se transforma num ser controlado pela esfera institucional, que obriga os seus comportamentos a serem codificados segundo uma lógica impositiva que estrutura o espaço do estabelecimento.

As notas são apenas condicionantes da condição capaz de excluir os estudantes do banco escolar. Estas representam sentidos e significados da correspondência entre aluno e avaliação do mestre. Ao longo das entrevistas, percebemos que a nota não é o único fator capaz de reter o aluno, mas também as constantes faltas, o abandono, o desinteresse e a evasão. O corpo que não se encontra neste espaço é devidamente penalizado por seus

mestres, sob a lógica de que manter aqueles que não se encontram pelo “prazer” de estar na instituição, mas apenas por uma cumprir uma ação rotineira:

E às vezes muitos são reprovados por excesso de faltas. O excesso de faltas reprovam, 50% de faltas reprovam e a nossa clientela tem esse perfil, são faltosos, tanto que no ano passado, muitos tiveram abandono, abandono, abandono e abandono (Professora Patrícia).

Falta muito, a gente sempre sinaliza isso nos conselhos de classe, a escola vai atrás, mas tem aluno que fica até difícil da escola correr atrás dele, porque muda de endereço (Professora Débora).

Para a docente Elizabeth, as constantes faltas são notórias no curso de Educação de Jovens e Adultos (EJA), realizado no período noturno, uma vez que, este aluno é justamente aquele que trabalha durante o dia para sustentar o seu lar e encontra a escola como o espaço capaz de ofertar um êxito em suas escolhas, contudo percebemos que não é isto que ocorre, na medida que a docente classifica o seu estudante como “aluno pipoca” devido as faltas recorrentes:

A noite é um mundo diferente do dia, completamente. Eu costumo chamar de “alunos pipocas”, aqueles que vão na segunda, na terça e na quarta e não nos outros dias, porque nos outros dias estão trabalhando na lanchonete, estão ganhando alguma coisa (Professora Elizabeth).

Nas falas acima produzidas pela docente Elizabeth, percebemos claramente que a escola se transforma no lugar do abandono e da ausência, cujo aluno opta por faltar por não sentir prestigiado pelo sistema de ensino. Assim, a evasão e a repetência se transformam em punições para os corpos percebidos como avessos à educação municipal.

No discurso de Elizabeth o fracasso é representado como uma “faca de dois gumes”: de um lado o aluno que necessita trabalhar enquanto condição necessária para garantir a sua existência, sobrevivência o que impossibilita este discente de chegar no horário estabelecido pela instituição ao se matricular no curso noturno e do outro a escola que quando o aluno consegue chegar neste ambiente, impede a sua entrada no interior do estabelecimento: “[...] aqueles que por algum trabalho não deixa eles chegarem as sete, aí chega a noite e aí não dá para eles entrarem, mas aí a gente tem que voltar. A noite é um turno completamente diferente do dia” (Professora Elizabeth).

Para o docente Paulo, a disciplina de Educação Física não está condicionada a reprovar os seus estudos, todavia destaca que o aluno faltoso merece a penalização de suas ações desordeiras. Não estar na escola que um dia o “abraçou” indica que este discente não merece as benesses deste sistema de ensino, muito menos ser mantido em seu interior: “Olha, eu vou ser muito sincero pra você, na minha área, na minha disciplina eu não

reprovo ninguém, a não ser aquele aluno assim que sumiu, aí esse eu já deixei” (Professor Paulo).

Nas representações trazidas pela docente Solange estiveram os critérios como: o desinteresse, a falta de comprometimento com o projeto da escola e a assiduidade como categorias que levam a reprovação do aluno, e conseqüentemente a sua exclusão. O esforço do aluno é garantia de um “olhar de pena”, “misericordioso” de acordo com a professora, esta enxerga que em algumas situações durante o ano letivo, o discente procura desenvolver o seu próprio destino na escola, logo, não aceita as regras do funcionamento institucional e com isso a sua exclusão é apenas uma questão de tempo pelos profissionais deste campo social: “[...] *porque tem aluno que você vê que se esforça, mas as vezes tem uma defasagem de conteúdo, ele se esforça, mas não consegue, mas tem aluno que não quer mesmo não, você dá todas as chances do mundo, mas ele não tá nem aí*” (Professora Solange).

Nas reflexões da docente Vanessa, o conselho de classe esteve presente, para a educadora a reprodução do aluno é sempre uma das últimas alternativas escolhidas pelos professores, conforme salientou a profissional da educação o ato de reter o estudante é como um pedido de súplica seu para que os demais membros constitutivos do corpo docente da instituição não direcionem a sua jurisprudência para este trajeto, pois não transforma numa solução imediata para os problemas escolares, mas confirma o fracasso do estabelecimento de ensino:

[...] eu não me sinto bem em reprovar um aluno, eu não gosto e acho que ninguém goste. O nosso último conselho é sempre sofrer, eu sou aquela que está sempre pedindo pelo aluno, porque tem sempre aqueles professores mais assim, e eu sempre peço (Professora Vanessa).

De acordo com Débora, o desinteresse do estudante é o fator primordial para a reprovação e a exclusão do estudante. Para a educadora, existem dois perfis de aluno: aqueles que nutrem interesse pela sua disciplina e procuram solucionar as suas dificuldades durante o ano letivo e aqueles em contrapartida que não aceitam os seus discursos, são desinteressados, faltam constantemente, o que ocasiona nos baixos rendimentos nas avaliações e resulta na reprovação no fim do ano letivo:

[...] a grande verdade é que a maioria não quer; porque aquele que quer, que presta atenção, consegue se ajudar bastante e consegue. Os outros que não querem, sei lá aí eu os reprovoo mesmo, porque assim tem hora que a gente fala, mas a vida ensina, realmente a vida ensina, mas aí será que realmente eles vão ser exemplos para os outros? (Professora Débora).

A cultura escolar atua numa premissa impositiva sobre os corpos dos agentes constitutivos do espaço escolar. Esta tangencia em buscar produzir estereótipos a serem seguidos, cooptar aqueles que se permitem moldar os comportamentos a partir do conjunto de valores, normas e regras que são estabelecidas pelo jogo escolar (Julia, 2001, p. 9).

A escola age para inculcar valores e comportamentos produzidos sob uma lógica de uma cultura dominante, que visa se reproduzir socialmente. Neste sentido, necessita excluir aqueles que representam uma ameaça para estrutura social (Tardif; Lessard, 2014, p. 24).

Os problemas sociais do estudante quando transformados em dificuldades escolares incidem diretamente sobre os resultados nas avaliações promovidas pela instituição. Conforme enfatizou a docente Débora, a falta de estrutura familiar na visão depreciativa da profissional incide sobre a necessidade de manter o aluno dentro do estabelecimento mesmo após reprová-lo, pois se configura uma imagem salvacionista da escola, como um lugar capaz de solucionar tanto os problemas sociais e escolares do aluno, este visto como digno de “pena”, dos “suplicios professorais”, ou ainda de “misericórdia”, uma vez que, a ausência do pai e da mãe, as constantes violências no lar, a carência de capital econômico produzem o desestímulo da criança:

[...] esse menino é criado pela avó, não sei o que, não sei o que lá, a mãe morreu, o pai matou a mãe, enfim uma série de coisas que a gente fica sabendo no conselho de classe, mas isso é motivo para você aprovar ele sempre, eu acho que você se dá para eles, até porque você olha para eles de uma maneira, uma vez que, chega ao seu conhecimento, mas aí coitados, mas eles estão numa situação, que só eles sentem (Professora Débora).

As constantes faltas durante o ano letivo associadas a evasão (abandono) do aluno durante o curso nas representações da professora Sílvia durante a sua entrevista são condicionantes para que este não seja mantido na escola, pois seja pela falta ou o atraso tal práticas demonstram a falta de comprometimento do aluno com o projeto pedagógico da escola: “[...] só aquele aluno mesmo que a gente tem quadros de evasão, o aluno falta muito, que por isso falta em algumas avaliações, entendeu assim só vai ficar reprovado comigo aquele aluno que faltou” (Professora Sílvia).

O conhecimento prático permeia funções que podem ser representadas por meio de taxonomias produzidas pela jurisprudência professoral, através desta as classificações sociais são transformadas em classificações escolares. Por meio de um esquema de percepção e apreciação, ocorre a estruturação das estruturas desenvolvidas nas ações dos agentes no campo social (Bourdieu; Saint-Martin, 2015, p. 207).

As distintas maneiras de classificar os agentes dentro do sistema escolar representam a dimensão organizacional do pensamento e se tornam expressões de classe e da cultura

dominante. As operações de cooptação produzidas pelos professores configuram um lugar privilegiado e descortinam hierarquias frente às posições assumidas dentro da escola (Bourdieu; Saint-Martin, 2015, p. 209).

A escola representa a única possibilidade em muitas ocasiões deste aluno se alimentar, a partir da merenda distribuída gratuitamente pela municipalidade durante as recreações. Tal prática de extrema importância na trajetória de escolarização do estudante, não é vista da mesma maneira por seu professor, que percebe que esta ação suscita um comodismo do aluno, por esta no ambiente escolar meramente para se alimentar e não estudar: “[...] agora a recuperação é quando o aluno não faz nada. Está nem aí, vem para a escola só para comer, ou para tumultuar em sala de aula” (Professora Patrícia).

A questão da idade deste estudante se transforma numa categoria representada no discurso da profissional, pois conforme salientou alguns discentes não possuem maturidade ou idade suficiente de estarem matriculados em sua turma, assim a reprovação se configura numa possibilidade de adestramento do estudante: “[...] *porque hoje em dia nós temos muitos alunos imaturos, imaturos em função da idade, chegam muito jovens, sem condição de estar ali, está querendo brincar, como se fosse criança, então eu acho que para esse aluno resolve*” (Professora Morgana).

O aluno na percepção de Morgana é julgado através das marcas transgressoras de seu corpo que não aceitam as regras funcionais do jogo escolar, o que resulta na produção da indisciplina e da violência no interior da instituição, enquanto marcas do desordenamento de um ensino fadado ao insucesso.

O corpo e as diferentes formas de sua utilização tangenciam linguagens prescritivas cuja instrumentalização permeia sentidos para as práticas desenvolvidas na escola, logo, permite a identificação do agente com o seu campo social. Pierre Bourdieu e Saint-Martin (2015) definem o hêxis corporal como: “conjunto de propriedades associadas ao uso do corpo em que se exterioriza a posição de classe de uma pessoa” (Bourdieu; Saint-Martin, 2015, p. 213). Assim, este aluno externaliza através de seus corpos as marcas de identificação que o permitem enquadrá-lo e reconhecê-lo em seu grupo social. É natural que a criança brinque, fale, demonstre os seus sentimentos dentro da escola, forme a identidade discente por meio de suas condutas apresentadas nas relações desenvolvidas em sala de aula.

As características e os perfis produzidos em cada turma que lecionam os professores, dão a possibilidade do enquadramento da jurisprudência deste profissional, logo, as

classificações categorizadas na estrutura estruturante da escola são ajustadas conforme a realidade na qual cada aluno se insere:

Até o professor trabalha diferente, o conteúdo é diferente, a forma de se focar é diferente, eu acho que as coisas já são direcionadas para que esse aluno consiga a aprovação. Eu sempre falei que numa turma 801 eu não poderia avaliar da mesma forma que uma turma 806, porque a característica era totalmente diferente, então para uma turma 806 a reprovação não seria uma solução, levaria até um abandono na escola, mas às vezes numa turma 801, muitos alunos precisam sim para que se fortaleça, amadureça, para que ele não fique se arrastando (Professora Morgana).

Os esquemas ao serem interiorizados pelos agentes permitem a organização do sistema de pensamento a partir do ajustamento das propriedades específicas e gerais da realidade social em que se inserem. Nesta lógica, os indivíduos que recebem a cultura escolar possuem a responsabilidade de promover a reprodução da social da instituição através da interiorização das características do espaço:

[...] em uma sociedade onde a transmissão cultural é monopolizada por uma escola, as afinidades subterrâneas que unem as obras humanas (e, ao mesmo tempo, as condutas e os pensamentos) encontram seu princípio na instituição escolar investida da função de transmitir conscientemente (e também, em certa medida, inconscientemente) o inconsciente, ou melhor de produzir indivíduos dotados deste sistema de esquemas inconscientes (ou profundamente internalizados) que constitui a sua cultura (Bourdieu, 2015, p. 211-212).

No discurso do docente Paulo, a reprovação é vista como um alerta para o sistema de ensino ofertado para a aprendizagem do aluno. Assim, ao se produzir a reprovação do aluno meramente competiria aos profissionais também exercerem uma reflexão de suas condutas na própria escola, para que a instituição passe por mudanças e ajustamentos que não leve a ocorrer a evasão, a desistência, o desestímulo e o descrédito dos alunos e seus familiares quanto ao ensino oferecido.

O excesso de reprovações neste caso é representado nas falas do professor como necessidade de rever os caminhos / rumos da escola, para que não se fique numa lógica operacional de culpar e punir unicamente o estudante e a sua família pelo seu fracasso: “Eu acho que reprovar é uma solução para que o ensino formal se reformule, porque quanto mais assim tem no final, mais ele precisa ser reformulado, porque a reprovação não se dá na hora que o cara faz a prova, ela se dá na hora que o cara não sabe conviver” (Professor Paulo).

Se de um lado no discurso acima do docente percebemos que a reprovação não está condicionada meramente a nota que o aluno recebe nas avaliações, mas sim na falta de convívio e respeitabilidade dentro do espaço escolar, percebemos claramente que a falta de socialização com os demais agentes que constituem esta realidade social, imputa em

comportamentos hostis que não fogem da jurisprudência professoral ao tecer critério para aprovar ou não o seu estudante: “[...] *tenho aqui alunos que não sabem ler, que para mim seria aprovados: são íntegros, tem caráter, veem uma bola ali que se ele percebe que se chutar vai acertar a sua perna, ele deixa*” (Professor Paulo).

As avaliações como instrumento de controle do aluno: a promoção do medo pela jurisprudência professoral

A seção tem como objetivo central compreender como o corpo docente durante as entrevistas realizadas percebiam as suas formas de avaliar o aluno como escrutínio do controle e da coerção social dentro do espaço escolar. Diferentes leituras da realidade social escolar foram apresentadas pelos profissionais da educação, neste sentido procuramos analisar o controle do corpo instrumentalizado a partir das avaliações impostas aos estudantes, enquanto condição necessária para sua aprovação ou retenção no ano letivo.

De acordo com Morgana as suas provas e testes aplicados eram instrumentos de controle dos comportamentos dos estudantes. A docente percebe que através de suas avaliações os seus alunos desenvolvem os seus gostos e aptidões para o conteúdo ensinado em sala de aula, o que acarreta para a educadora não dar importância para a nota deste estudante, mas sim por valorizar o esforço apresentado no aprendizado do discente: “[...] *eu sempre valorizei o fato de perceber que eles estavam fazendo a parte deles para aprender, não tanto por nota, por avaliação, mas no sentido de que eles estavam se esforçando*” (Professora Morgana).

O aluno se transforma no lócus central do processo de ensino da escola conforme as falas acima da docente. Para a profissional da educação, é inegável que este estudante consiga criar estratégias norteadoras que possibilitem o melhor entendimento do conteúdo ensinado.

O processo de avaliação se transcorre de forma contínua na trajetória de vida humana, apresenta variadas significações, seja por parte daqueles que avaliam ou daqueles que são avaliados. A avaliação é uma prática social e escolar, se transforma num instrumento de legitimação do poder exercidos pelos agentes em seu campo social (Catani; Gallego, 2009, p. 19).

A avaliação surgiu nos colégios no século XVII e se tornou um instrumento social, político e ideológico a partir do século XIX por meio do “ensino de massa” e do princípio da obrigatoriedade escolar. No que tange ao processo de avaliação este se transcorre de forma sistêmica, opera numa lógica classificatória quanto a função docente, onde o discente se encontra numa posição marcada pelo conjunto das apreciações e percepções do professor (Perrenoud, 1999, p. 11).

A avaliação representa um esquema de tomada de decisão por parte do professor sobre o destino escolar do aluno, pois para o docente consegue enxergar a medida do aprendizado de seu estudante, e para este a possibilidade do êxito ou fracasso em sua escolarização:

Avaliar é – cedo ou tarde – criar hierarquias de excelência, em função das quais se decidirão a progressão no curso seguido; a seleção no início do secundário, a orientação para diversos tipos de estudos, a certificação antes da entrada no mercado de trabalho e, frequentemente, a contratação. Avaliar é privilegiar um modo de estar em aula e no mundo, valorizar formas e normas de excelência, definir um aluno modelo, aplicado e dócil para uns, imaginativo e autônomo para outros (Perrenoud, 1999, p. 9).

Não obstante, Elizabeth enxerga nas avaliações escolares enquanto caminhos para “opressão do aluno” dentro da instituição, assim como permite o ajustamento deste estudante às regras do jogo escolar, o funcionamento burocratizado e a moldura dos seus comportamentos de acordo com as apreciações de seus mestres. As provas exigem do discente o conhecimento da matéria lecionada por seus professores, todavia as dificuldades expostas durante o ano letivo, fantasiam os resultados obtido pelo aluno, uma vez que, a nota em muitos momentos não condiz com o que realmente o aluno produziu em sala de aula: *“Pra mim é uma maneira de oprimir o aluno, ele tem que saber aquilo e por muita das vezes na hora de uma prova ou de um teste você esquece tudo, aí tira zero”* (Professora Elizabeth).

A prova se transforma numa ferramenta de controle e coerção para Elizabeth, que ao invés de estimular o interesse de estar em sala de aula aprendendo, este não consegue transmitir as habilidades e competências aprendidas enquanto esteve no ambiente de ensino.

O controle está justamente na capacidade do aluno em desenvolver no interior da escola as suas habilidades e competências frente ao currículo da instituição, ou seja, tudo aquilo que é transmitido aos estudantes pelos profissionais da educação. Para a docente Vanessa, o discente necessita sentir que se encontra sendo avaliado por seus professores, para que compreenda a sua responsabilização neste processo sistêmico estrutural, bem

como a sua culpabilização caso não obtenha resultados satisfatórios: “*Eu acho que é mais uma ferramenta de você despertar no aluno a responsabilidade, ele saber que está numa semana de avaliação, nesse sentido é muito importante, ele está sendo avaliado*” (Professora Vanessa).

O aluno necessita ser a centralidade da educação na escola. No discurso acima percebemos claramente que a educadora entende que a educação deve ser tornar uma prática de liberdade, que possibilite ao seu estudante a prerrogativa de suscitar a responsabilidade de suas ações e condutas na instituição.

Configura-se, portanto, um caráter deajuizamento com que a avaliação produz nas práticas dispostas na escola, que se encontra diretamente interligada frente às leituras produzidas pelo magistério durante o aprendizado da criança: “[...] estipula que a avaliação é julgamento de valor sobre manifestações relevantes da realidade, tendo em vista uma tomada de decisão” (Luckesi, 2005, p. 33).

Existe uma dinâmica dualista quanto ao sistema avaliativo: de um lado a avaliação classificada como tradicional que propicia a acentuação do fracasso na escola, desestimula o estudante e o profissional da educação e corrobora para precarizar a prática docente, do outro a avaliação formativa que se traduz em novos métodos criados na premissa de estreitar as relações em sala de aula, onde a didática do professorado permite a transformação social e a liberdade do aluno (Perrenoud, 1999, p. 18).

Por mais que as provas desenvolvam esta ideia de controle e coerção sobre o estudante, uma vez que, o seu caráter impositivo exige do aluno a sua adequação aos métodos ensinados por seus professores, no discurso da educadora Silvia percebemos que para a profissional em sua disciplina de espanhol, a nota não deve ser uma dimensão simplista, que leve o seu discente a se tornar “preso” em sala por não ter obtido resultados satisfatórios, mas que este procure encontrar caminhos cabíveis para melhores resultados nas avaliações:

Olha eu sou um pouco frouxa, e eu acho que os alunos percebem nesse sentido. Eu não me apego muito a essa coisa da nota não, entendeu? Eu sempre deixo claro para eles que a participação deles para mim é a mais importante, mas a gente não pode abrir mão da avaliação, porque a gente tem que transformar alguma coisa em nota (Professora Silvia).

A autonomia da prática docente é perceptível no discurso acima da docente que entende a necessidade de diferenciar os esquemas avaliativos, contudo mesmo diante destas liberdades a educadora reafirma a necessidade de imputar provas e testes na premissa de compreender as habilidades adquiridas pelos estudantes.

Entre reflexões, questionamentos e motivações em aplicar testes, provas e trabalhos avaliativos aos alunos está a necessidade do professor se ajustar e compreender a sua realidade social. As provas devem suscitar o estímulo, o interesse e a mudança pessoal para que o aluno visto como desmotivado e desinteressado em estudar, possa perceber no ambiente da escola um espaço de liberdade para os seus posicionamentos e as suas ações desenvolvidas neste local:

As minhas formas de avaliar é óbvio que eu primeiro, para mim é uma avaliação do meu próprio trabalho, o meu retorno, onde eu erro, o que eu to conseguindo, para que eu vim aqui, pra que serve essa profissão: É só chegar no início do mês e receber um salário, ou porque eu consegui ajudar o aluno a vislumbrar e até que ele encontrasse coisas que ele pudesse modificar (Professor Paulo).

Nas falas acima do educador, é perceptível a sua intenção de tornar a sua prática de magistério um ofício marcado pela autoavaliação de suas ações no espaço da escola. Desta maneira, entende que sua profissão não se configura meramente em apenas receber os seus proventos, mas acima de tudo transmitir conhecimento ao aluno.

Docente de geografia na escola, Morgana criou uma estratégia para valorizar todos os estudantes que aceitam os seus discursos em sala de aula. Assim, elaborou o sistema de “Gráfico de quadrinhos” que imputava ao aluno um conceito, premiações por resultados satisfatórios, permitia perceber o gosto e a identificação do aluno por sua matéria. O discente não precisa ser obrigado a se adequar ao perfil de identificação da disciplina, mas o seu esforço era compensado pela aprovação, ou seja, as avaliações se transformam num aparato formal instrumentalizado forma do docente em perceber a assimilação do conteúdo transmitido em sala de aula por seu aluno:

Apesar de eu sempre falar para meus alunos que a minha avaliação é sempre meio a meio, os quadradinhos que eu falei para você que era esse gráfico, eu sempre valorizo o aluno, eu sempre comentei com eles: olha ninguém é obrigado a gostar de geografia, eu, por exemplo, detesto matemática, eu jamais faria uma faculdade de matemática, matemática para mim não foi importante na minha formação, mas eu tenho que esforçar enquanto aluno, eu tive que me esforçar para aprender o básico de matemática (Professora Morgana).

Por meio da avaliação existe a regulação dos comportamentos, o controle das formas de trabalho no interior da escola e tece fronteiras delimitadoras nas relações assumidas entre docente e discente. As socializações produzidas entre a escola e a família são controladas e coibidas por meio destes esquemas avaliativos, uma vez que, o ato de avaliar não é uma ação neutra e sem propósito, mas barganha um corpo de intenções entre os agentes envolvidos (Perrenoud, 1999, p. 11).

A avaliação acentua a competitividade e a seleção entre os estudos, ser preparado em sua formação desde o início, ao aceitar as regras do jogo do funcionamento escolar,

privilegia este aluno que coaduna com o discurso oficial dominante de seus professores, ratificados através das avaliações. Assim, a escola necessita distinguir os menos capacitados daqueles que tenham um capital cultural e econômico mais avantajado.

A instituição prepara os mais aptos, qualificados e virtuosos que comungam de suas práticas dispostas neste ambiente. Conforme salientou a docente Vanessa produzir simulados para os seus estudantes que se encontram matriculados no nono ano, significa distingui-los dos demais, por estarem em preparação para concursos futuros. Assim, a escola não apenas mantém a sua estrutura de conservação social, mas tenciona a se reproduzir socialmente através destas aprovações seletivas, pois transmite uma imagem que não se preocupa meramente com o presente do aluno, mas ao aprimorar este tenciona a construir um futuro daqueles mais habilidosos para ingressarem nas melhores instituições de ensino:

[...] porque o aluno aí fora ele também vai ser avaliado, inclusive no ENEM, ele tem que ter aquele conhecimento, ele tem que ter aquela rotina de prova, e eu gosto de fazer com os alunos do nono ano, o provão, o simulado no final a gente sempre faz, junto todas as disciplinas, faz uma prova de 20 ou 30 questões, juntando todas as disciplinas 5 ou 10 de cada uma, e a gente faz o provão para aquele aluno (Professora Vanessa).

A formação dos estudantes mais aptos justifica o discurso da cultura dominante escolar sobre os seus discípulos. Os discentes que aceitam esta lógica oficial são mantidos em seu interior e com isso usufruem dos bens materiais e culturais dispostos neste espaço numa posição privilegiada, até porque tecem uma relação de convivência com o corpo docente da instituição.

Considerações finais

Não é a nossa intenção recair neste espaço numa informalidade, mas como guisa conclusiva trouxemos os nossos valorosos agradecimentos a estes profissionais que refletiram sobre a sua prática pedagógica dentro da carreira. Este trabalho tem a sua premissa de encorajar os profissionais de educação a produzirem as suas narrativas dentro do seu campo profissional.

Almejamos que este estudo possa não ficar apenas meramente num acervo digital eletrônico, mas que novos interlocutores possam surgir a partir da leitura deste artigo, na prerrogativa de apresentar novas possibilidades de pesquisa para o campo social escolar novos horizontes e distintas leituras do campo social escolar.

Primeiramente, este ensaio apresentou a escola como campo das relações objetivas e estruturadas em seu interior, mas acima de tudo um espaço marcado pela socialização construída através das subjetividades e do seu capital simbólico. Acreditamos que é inegável que a escola, dona de uma cultura própria procura inculcar valores e comportamentos aos seus estudantes por meio de seus professores.

Para além de um espaço marcado pela democratização de ensino, apresentamos o fator contrastante a este ideal, ou seja, a escola como espaço de exclusão e conservação social. Estes últimos referenciais que nortearam este trabalho estão diretamente vinculadas as práticas legitimadoras dos profissionais que formam este espaço, que inicialmente se apresenta como homogêneo e uniforme, como garantia de esconder e mascarar as desigualdades sociais e culturais existentes em seu meio.

A produção da cultura escolar conforme foi apresentado no artigo se dá a partir de um discurso dominante oficial, cujos alunos que os aceitam são mantidos em seu interior, todavia, aqueles que produzem a resistência, a rebeldia e a indisciplina gradativamente são excluídas pelas estruturas estruturadas e estruturantes desta realidade. Até porque, aquele que não coaduna com as vontades elitizadas deste espaço se transforma numa ameaça reprodutora deste cabedal cultural produzido pela instituição de ensino.

Neste ensaio, apresentamos a partir das representações dos entrevistados a possibilidade da avaliação se transformar além duma ferramenta pedagógica que procura medir a forma com que o aluno absorveu o conteúdo ensinado, mas num espaço marcado pelo controle dos corpos e a coação destes no ambiente da sala de aula.

Na premissa de adestrar os corpos rústicos, a avaliação se transforma numa ferramenta que legitima a exclusão do aluno da escola. De forma estratégica, a imposição de testes e provas garante o discurso do medo para que este discente obtenha resultados nas avaliações consideradas satisfatórias e consiga a sua aprovação, contudo, este estudante necessita do “olhar misericordioso” de seus docentes, cuja percepção atua num esquema operacional taxonômico, de transformar as classificações sociais em classificações escolares.

Nas representações destes professores, o aluno não se mantém na escola porque se sente desestimulado de estar neste espaço. Abandonado por sua família, que é ausente no acompanhamento de seus estudos, expõe as marcas do desamparo dentro da sala de aula. O aluno não é ausente meramente na dimensão física, mas também na perspectiva simbólica, não consegue captar o conhecimento transmitido por seus mestres, muito menos reconhece nestes últimos um modelo exemplar a ser seguido em sua trajetória escolar.

Por último, gostaríamos de destacar que não é a nossa intenção de responsabilizar o professor pelo insucesso de seu aluno, mas acima de tudo reforçar a função social e pedagógica destes profissionais, que se reinventam constantemente em sua carreira na premissa de buscar um aprendizado qualificado para os seus alunos.

Referências

- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2015.
- BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papyrus, 2011.
- BOURDIEU, Pierre; SAINT-MARTIN, Monique de. As categorias do juízo professoral. In: CATANI, Afrânio; NOGUEIRA, Maria Alice (org.). *Escritos de educação*. Petrópolis: Vozes, 2015. p. 185-216.
- CATANI, Denice Barbara; GALLEGO, Rita de Cássia. *Avaliação*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: morar, cozinhar*. Petrópolis: Vozes, 2013. v. 2.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 2014.
- JULIA, Dominique. *A cultura escolar como objeto histórico*. Revista Brasileira de História da Educação, Campinas, n. 1, p. 9-43, jan./jun. 2001. Disponível em: <http://repositorio.unifesp.br/handle/11600/39195>. Acesso em: 20 jan. 2024.
- LUCKESI, Cipriano Carlos. *Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições*. São Paulo: Cortez, 2005.
- PERRENOUD, Philippe. *Avaliação entre duas lógicas*. In: PERRENOUD, Philippe. *Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens*. Porto Alegre: Artmed Editora, 1999. p. 9-23.
- TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude. *O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas*. Petrópolis: Vozes, 2014.

Recebido em: 6 de janeiro 2024

Aceite em: 9 de abril 2024